

## MASSA E MOSSA – UMA REFLEXÃO

Uma vez mais, abre-se o período de manifestação em praça pública. Há "una ondata" de reivindicações, protestos e pleitos não alcançados no desenvolvimento natural do processo democrático. Diante da desilusão e da desesperança, traídos os ideais de segurança, educação e saúde, quando atingida a população no seu imaginário cidadão, só resta a antiga fórmula de ação, gritar, como fazem os recém-nascidos diante da mais completa ignorância das razões da fome, sono ou dor.

O desencontro entre os aspectos teóricos e doutrinários do sistema democrático e a sua realidade material merece apontamentos de suporte da tese sobre a diluição dos efeitos da participação popular. Há resultados históricos efetivos e outros, de menor prestígio, que não vão além de um obstar de trânsito ou de um danificar de vitrines e monumentos, em comportamentos que não precisam do gozo de direitos constitucionalmente garantidos, para o exercício de vandalismo. Com ou sem aglomerações, bandidos irrecuperáveis destroem caixas bancárias e negócios de qualquer ordem, para a prática de assaltos.

A exposição estará limitada à análise sobre reuniões reivindicativas ou de protesto, visto que, como se percebe numa competição esportiva, maratona, por exemplo; numa procissão religiosa; nas visitas de personalidades destacadas, o Papa, ainda há poucas semanas; festivais, a exemplo do *Rock in Rio*, os incidentes são escassos e raramente de gravidade considerável. É diminuta a necessidade de alterar a especificidade da ação policial. Menor, ainda, a ocorrência de atos que ponham em risco a garantia da lei e da ordem, quando é possível requisitar emprego das Forças Armadas (art. 142, da CRFB).

Para o andamento do estudo dessas concepções, as grandes fronteiras da exposição se localizam nas ações, conscientes ou inconscientes, dos manifestantes em logradouro público e na garantia constitucional da reunião pacífica. Os equívocos em um ou outro território obrigam o aprofundamento do trabalho, por diversas razões, sociológicas, jurídicas, antropológicas, embora, especialmente, se destaque o papel da

violência, certamente pela visibilidade de conseqüências prejudiciais a vítimas da estupidez.

Examine-se, para efeitos de demonstração exemplificativa do desânimo quanto à efetivação democrática, a convivência entre a mecânica ordinária de discussão e votação de projetos, com a lembrança de Wanderley Guilherme dos Santos (*in* O Paradoxo de Rousseau – Uma interpretação democrática da vontade geral. Rio de Janeiro: Rocco, 2007, p. 8) sobre a configuração do parlamento como “precisamente o lugar em que são expostos argumentos contraditórios, em que se processa a persuasão de uns, a reconsideração de outros e a deliberação que, afinal, raramente, corresponde imaculadamente a algumas opiniões originárias”. Em outras palavras, o grande espectro do sistema democrático, não consegue atingir seus objetivos, eficaz e completamente, ao menos nos ditames rousseauianos.

Tomemos por empréstimo as palavras de Reymond Wacks (*in* Philosophy Of Law Ed. Oxford, 2006, p. 9) “[...]O Contrato Social de Rousseau [...] é um ajuste entre o indivíduo e a comunidade pelo qual ele se torna parte do que Rousseau chama de vontade geral”. Mas, ainda que a vontade geral possa remover algum direito natural, já que o governo pode tudo, adepto da democracia participativa, acaba sendo paradoxal, como expôs Wanderley Guilherme: *He is a paradox: a democratic totalitarianism*.

Nesta altura do desenvolvimento democrático, falta de digno salário, sem assistência salutar, fora da escola, o cidadão se depara com medidas provisórias usadas como instrumentos permanentes de administração, que, embora lhes afete a vida, passam ao largo de seu entendimento: “[...]categoria especial de atos normativos primários emanados do Executivo, com força eficácia e poder de lei [...]” (*in* Abuso do Poder de Legislar Rogério do Nascimento. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2004, p. 188). A arma da representação torna-se inútil.

Ainda que esses percalços passem despercebidos, para a maioria do povo (sociedade, melhor dizendo), alguém há de ter a paciência de lembrar que democracia é um sonho desde as praças gregas,

até porque já então os oradores “[...] *estavam inteiramente conscientes da precária eficácia material do exigido quorum de sei mil votos para decisões de assembléia ateniense, revelados por um levantar de mãos.*” Nada de argumentos ou discussões, o que caracteriza o sustentáculo da metodologia da atuação democrática. (Wanderley, p. 9).

Nestes últimos meses, com a enxurrada de análises, exames, comentários, opiniões sobre os movimentos da sociedade, algumas teses são naturalmente repetitivas – o que não significa inutilidade, dado o caráter pedagógico da repetição – no entanto, certas circunstâncias de ordem sociológica, majoritariamente, ajudam a acrescentar elementos também importantes para a compreensão destes momentos.

A ética, este princípio que não pode ter fim, bússola com que se guiam os integrantes do Rotary, sob inspiração da arte de Aroldo Araujo, gênio da publicidade, nos anima à releitura do inteligente resumo de Paulo Nogueira Batista Jr, em O GLOBO de 22.6.13, p. 27, na abordagem do que denomina momento conturbado da vida nacional. A parcela nuclear da pequena grande coluna identifica a desilusão política que atinge o cidadão comum, *“que se sente cada vez menos representado pelos partidos, pelos políticos, pelos governos”*. Impõe-se esclarecer que não é o grande número de agremiações partidárias o problema de maior envergadura, mas sim a descaracterização dessas associações com os efeitos ora tão expressivos na pantomima em exibição nacional, chamada *“mensalão”*. Vale repetir a moral da história: *“Em uma palavra: a política foi colonizada pelo dinheiro. E a “democracia” se transfigurou em plutocracia”*.

Não são poucas as parcelas da estrutura social que se afastam da filosofia que lhe sustentam o desígnio democrático. Entre outras, as mecânicas solertes com que se constroem os partidos políticos, principais organizações da dinâmica de representação, destroem a confiança nas agremiações e enfraquecem o sistema, agora irreversível, falta de melhor. Ainda hoje, diante de urdiduras sórdidas para ganho de tempo de exposição televisiva propagandística, posto cinicamente à venda, reedite-se o desabafo do Góis, com base em recente acusação de certa autoridade judiciária, especializada em agradar o povo com o dizer a verdade de

forma toscamente simpática (O GLOBO, 6.9.13, Coluna Anselmo Góis, p. 15): “[...] *um sistema partidário com dezenas de partidos, quase todos inodoros, insípidos, assexuados, sem ideias ou ideologia, é ou não é de mentirinha*”?

Nesta mesma edição do hebdomadário, no Segundo Caderno, p. 2, Mary Gabriel, autora americana, dá entrevista sobre livro que escreveu, *A OBRA DE MARX É EMPREITADA DE FAMÍLIA*, retratando a vida familiar do filósofo e a influência que este ambiente exerceu sobre seus escritos. Marx e tantos outros são objeto de largos comentários e realizações literárias muito falados e pouco lidos. Não fora isso, a parceria da família, na criação intelectual, a autora não conseguiria perceber, como quase toda gente, o “[...] *quão moderado ele é comparado à histeria com que suas ideias são tratadas*[...]” A ignorância trabalha nas vísceras das massas, impedindo-as de conceber suas razões internas, e opera no nível externo das análises semitécnicas, geralmente emitidas sob a égide emocional de a quem falta qualificação para definir o verdadeiro sentido da sua ocorrência. Resumindo: fala-se muito sobre o que pouco se entende.

A própria autora, numa determinada altura de sua entrevista, se recorda de que, já “[...] *em 2005, quando estava escrevendo o projeto do livro, havia muitos protestos nos subúrbios de Paris*”. E complementa com o pensamento que esclarece esta modestíssima tentativa de abordagem repetitiva: “*Para mim, eram sintomas de tensões sociais ignoradas e lembravam a Europa do Século XIX.*” (O que se deseja é um bom rei - Pirandello observava- e mesmo nos sistemas parlamentares ou presidencialistas, passem em revista a geração de De Gaulle, Hitler, Mussolini, Franco, Salazar - todos do final do século XIX).

Os fatos apontam para a concepção sobre o parentesco entre ignorância e violência. A ignorância, se não é mãe, é tia da violência. Quanto menor o conhecimento, maior a possibilidade de a estupidez entrar em cena (Embora a ignorância dos mentores e usuários dos artefatos nucleares e químicos seja de outra ordem). A insatisfação consigo mesmo, por razões imperscrutáveis para ele, sua primeira vítima, leva o indivíduo, que acumula frustrações, a descarregar tristezas, ilusões,

decepções, injustiças, na destruição do que se lhe apresenta, especialmente estruturas que corporifiquem o significado de fonte de seus males, bancos, pela fala de dinheiro; estátuas, pela falta de estrutura no passado; mansões, pela falta de moradia; pessoas poderosas, porque se opõem à realização de seus ideais de felicidade.

A certa altura, “[...] o movimento era grande no meu caminho[...] paravam as viaturas [...] Mais nos aproximávamos da capital, mais a agitação crescia. Numa noite, sessenta mil cidadãos se organizam, armados, equipados [...]”.

Essa descrição se amolda perfeitamente ao ocorrido no último dia 14 de julho, nas ruas cariocas. No entanto, as façanhas acima se deram num certo dia 14, de julho... só que de 1789, a capital era Paris e o cronista Chateaubriand. É um excerto de “Memoires d’Outre Tombe (*in Les Plus Belles Pages des “Memoires d’Outre Tombe” – Americ-Edit. 1945, Paris, p. 94/96*)).

Esses movimentos, portanto, são do sempre da dinâmica social. Já citamos a Grécia pré-cristiana. Não há perspectiva de impedimento por um motivo básico: o homem tem, na sua estrutura, ontológica, o reagir como condição humana, que, em si própria, traz contradição: *"Jean-Jacques chegou à sua descoberta mediante uma rebelião, não contra a opressão do estado, mas contra a insuportável perversão do coração humano pela sociedade, contra a intrusão desta última numa região recôndita do homem que, até então, não necessitava de qualquer tipo de proteção especial [...] O indivíduo moderno e seus intermináveis conflitos, sua incapacidade de sentir-se à vontade na sociedade ou de viver completamente fora dela, seus estados de espírito em constante mutação e o radical subjetivismo de sua vida emocional nasceram dessa rebelião do coração"*. (ARENDR, Hanna. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 48/49)

Há situações em que o comum do povo, em sua maioria, é afrontado pela mais completa ignorância (a *desciência*) do que está ocorrendo. Resta-lhe, em muitas circunstâncias, entregar-se aos resultados que lhe são danosos, desprovido de orientação. Às vezes o

cidadão nem sabe da existência do trabalho da Defensoria Pública; ignora a necessidade ou desnecessidade de advogado. Em alguns episódios, a sensação é de que, mesmo que conheça os caminhos e providências, neles não acredita. É a descrença.

Como se percebe, nada de novo. *“Era no tempo das chamadas “reivindicações operárias”. As greves sucediam-se, e a dinamite reboava, ora aqui, ora ali, nos cantos da cidade...Revolução! era o comentário que se ouvia a cada canto”*. Esses comentários são da obra de Humberto de Campos (Perfis – Crônicas. W.M. Jackson Inc. Edit. R. Janeiro, SP, Porto Alegre,1941, p. 35/39), narrando o perfil de Aurelino Leal, deputado baiano, chefe de polícia do Distrito Federal, em 1914, quando a sistemática exigia que o especialista dominasse a *“psicologia das multidões”*. O chefe *“lidava com elas como as crianças brincam com os seus bonecos. Por esse modo, desviando a atenção do povo ora para um lado, ora para outro, como quem engana um menino para tirar-lhe o dente ou o retrato, conseguiu ele atravessar um dos períodos mais graves da vida republicana”*. Era o governo de Wenceslau Braz, *“com aquele seu tato de estadista dissimulado em burguês pacato [...]”*~. Estava em voga o coronelismo, a violência do conflito social, como ocorreu no Contestado, área disputada por Santa Catarina e Paraná. O ambiente é propício ao surgimento de lideranças semirreligiosas, a exemplo de José Maria, em torno de cujo nome aparece uma crença, cuja ontologia vinha de figuras como a do Padre Cícero, em Juazeiro.

Em outro prisma, um caso conhecidíssimo de completo desespero é o de dívida bancária, quando não provocado pelos eternos espertalhões, que não faltam aos plantões, mergulhados nas luxuosas piscinas do abuso do direito. O dinheiro tomado a uma instituição financeira é computado mediante o somatório de rubricas absolutamente ininteligíveis. A obrigação legal consumerista de se entregar ao cidadão textos contratuais em medidas legíveis, conforme comando expresso da Lei nº 8.078/90, art. 54, §3º, não é observada e, ainda que o fosse, o vernáculo se posta fora do alcance da compreensão do comum do povo. E tome cobrança. Tome pagamento. Ameaças da destruição do patrimônio moral, com a já famosa "negativação do nome", a inscrição em banco de dados destruidores da

honra. Ninguém será preso por dívida, salvo das de caráter alimentar e de depositário infiel - art. 5º, LXXVII, CRFB). Mas... fica com o nome sujo, diz o povo.

Sobre esta situação, David Graeber, antropólogo de formação norte-americana, como se extrai da edição de 21 de agosto de 2013, p. 6/9, de O GLOBO, embora sofrendo críticas no mundo universitário, debruçou-se sobre o tema “a dívida se torna injustiça”, no livro *Dette. 5.000 ans d'histoire*, tendo-se surpreendido com o pensamento de que a cobrança da dívida bancária é parte da normalidade, no mesmo estilo da morte por fome de milhares de bebês. Nada de novo. Mas o ponto de vista do encontro entre violência e frieza matemática financeira convida à reflexão sobre, como diz o autor: “Tudo vai bem, em princípio, enquanto a dívida é contratada entre pessoas do mesmo nível. Os ricos, entre eles, sabem se mostrar compreensíveis, achar arranjos amigáveis. O mesmo acontece entre pobres. O problema começa quando esta dívida se estabelece entre participantes que se relacionam em desigualdade previamente configurada entre credores e devedores. É a lei do mais forte, embora disfarçada de contrato pretensamente entre iguais.

A caminho das conclusões lançadas em entrevista, o antropólogo afirma que o endividamento é a principal causa de contestação e desordem. Na história, somos habitualmente mais revoltados pela vontade de queimar os livros contábeis dos credores do que pela de mudar a sociedade.

Por enquanto, por força de créditos imobiliários fraudulentos e deteriorados, as vítimas do sistema financeiro virtual são consideradas inadimplentes. Após cinco mil anos da mesma espécie de crise, hoje, Aristóteles e Confúcio considerariam, com certeza, que o homem moderno está reduzido à escravidão pelo nosso sistema econômico neoliberal. “*Ce n'est pas nouveau!*”

Entre nós vige a fórmula da indiferença, absolutamente conhecida de todos: “aos amigos tudo, aos inimigos a lei” e “é ilegal, e daí”... Precisa mais?

## A AUTOANÁLISE DO FENÔMENO

Qualquer pessoa com mediano nível de conhecimento é capaz de conjecturar sobre sua participação nos fenômenos da existência, mesmo que não tenha a ideia precisa do objeto de seus pensamentos, raciocínios e desejos. A fórmula platônica sobre a consideração das opiniões, imagens e sombras aponta o caminho da conjectura e não dispensa o uso da metafísica, na altura do caminho da ontologia, para permitir certa liberdade de se entregar a qualquer fato uma definição ou uma explicação capaz de lhe configurar a identidade.

É neste exercício que o indivíduo, nesses momentos de tensão social, tem a coragem de se introduzir no cenário, como fez João Ubaldo Ribeiro a fls. 110, da edição da Revista Veja de 7.8.13, utilizando-se da ironia: “Os corruptos são “eles”, os que desrespeitam a lei são “eles”, os que sujam as cidades são “eles”, os funcionários relapsos são “eles” – nunca nós”. Neste caminhar, o autor-sociólogo lembra que neste “... instante mesmo, centenas ou milhares de policiais, pelo país afora, estão embolsando o “agrado” que lhes dão os motoristas, para evitar uma multa. Também todos os dias, centenas ou milhares de pessoas, ou até milhões, pagam meia entrada com carteiras de estudante falsificadas”. Em conclusão amargamente honesta, o “... desprezo pela lei e pela moral, a não ser nos raros casos em que a sanção chega com prontidão e eficácia, é a regra entre nós”.

A desesperança quanto ao que fazer diante de situações inusitadas, afastadas da possibilidade de controle, é uma das fontes mais contraditórias nos resultados violentos de manifestações populares. O importante Dicionário de Filosofia do Direito (Barretto –Vicente de Paulo – Ed. UNISINOS/RENOVAR – R. Janeiro, 2006, p. 846/849 – Verbete sobre violência, elaborado por Renato Cabanillas) , além da assertiva incontroversa sobre o fato de “[...] a organização social humana encontrar-se inexoravelmente marcada pelo fenômeno da violência [...]”, esclarece que “[...] a sociedade brasileira contemporânea é marcadamente excludente. Ela impede, sistematicamente, que uma

*grande parcela de seus cidadãos tenha acesso aos bens essenciais à sua nutrição, à preservação da sua saúde e à defesa de sua vida. Ela condena um terço de sua população à miséria. Essa situação, obviamente, tem um enorme impacto sobre o sentimento de igualdade e conduz a uma sociabilidade conflitiva produtora dos níveis de violência que conhecemos hoje".* Neste caminhar absolutamente conhecido de todos, embora por poucos identificado sob o manto da sistemática, está localizado no recôndito da construção social, despontando, em nosso caso, em primeiríssimo lugar a escravidão — problema muito mal resolvido em todo o mundo, desde sempre, do inimigo vencido (Espártacos) aos negros arrancados de sua terra - em que “[...] se manifesta a pior face da exclusão, ou seja, a exclusão moral, que vem a ser a própria negação da dignidade humana, entendida como uma qualidade inerente a todos os seres humanos”. Assim, não sendo reconhecido como humano – escravo era um bem semovente- não há quem se indigne com o seu sofrimento, legitimando “[...] práticas profundamente atentatórias aos direitos humanos tais como a tortura, os linchamentos e chacinas[...].

Em algum lugar, de alguma forma, a ética se impõe às almas e, no perigoso caminho de Lincoln — não se pode enganar a todos durante o tempo todo — antes que o remédio utilizado pelas “elites do crime” seja ministrado com bom sucesso, Gandhi, Kennedy, Luther King, Benazir Butto, algumas poucas vozes corajosas lembram “*que o Brasil não é um país republicano [...] as manifestações, que perderam a força, podem e devem voltar*” (Tadeu Monteiro, Chico Alencar e Miro Teixeira, em debate coordenado por Merval Pereira, segundo se extrai de O GLOBO, País, 21.9.13, p. 12).

Ninguém, em sã consciência, haverá de conceber ingênua tentativa, nessas palavras, de se consertar a história, de pôr fim aos atos de violência, através do conhecimento sócio-jurídico. No entanto, se um exame interno do papel de cada um durante o transcurso da sua vida for posto em exercício, é bem possível que a estratégia de ação venha a diminuir impactos danosos da massa da manifestação das massas. Em primeiro lugar, é imprescindível tomar as lições de Ortega y Gasset (*in* GASSET, José Ortega. La Rebelion de Las Masas. Santiago de Chile: Cultura,

1937, p. 7), sobre o fato do surgimento das massas ao pleno poderio social. O filósofo estava a se referir à crise pré-nazística a que denominou a rebelião das massas, advertindo que a inteligência deste fato não incluiria, necessariamente, significado exclusivamente político. “Diz ele: *La vida pública no es solo política, sino, a la par y aun antes, intelectual, moral, económica, religiosa; comprende los usos todos colectivos e incluye el modo de vestir y el modo de gozar*”.

É bom ratificar a plataforma pedagógica dicionarizada, com respeito ao conceito e origem da violência, que, mesmo abjurando justificativa do seu aumento a “*uma espécie de resposta daqueles que não têm acesso aos bens que representam os valores positivos da sociedade de massa*” (op. cit. p. 849), acrescenta necessário, ao reconhecer os efeitos da *exclusão social*, “*levar em conta que o crescimento da violência criminal encontra-se associado à própria desorganização das instituições responsáveis pela manutenção da ordem pública*”.

O suplemento de Canetti, ressaltando a satisfação oferecida pelo destruir de coisas, equiparando-o aos gritos de recém-nascido ou o feliz presságio de feitos por vir, desemboca na explicação da *descarga* consumada.

O homem conserva consigo a alma imutável do primitivismo. “*El hombre-masa cree que la civilización en que ha nacido y que usa es tan espontánea y primigenia como la Naturaleza, e ipso facto se convierte en primitivo*”. (Gasset – 74/75). O filósofo, cuja obra foi concebida quando a Europa ainda sofria as vicissitudes da guerra, lembra: “*La civilización, cuanto más avanzada, se hace más compleja y más difícil[...] No es que falten medios para la solución. Faltan cabezas. Más exactamente: hay algunas cabezas, mui pocas[...]*”

Aqui e agora o que se está a fazer é lembrar que essas cabeças estão entre nós. É dever nosso convocá-las ao trabalho, revelar-lhes a potencialidade que deve ser destinada ao serviço e sua dimensão. Um primeiro passo é dar o devido grau ao vocábulo *solução*, que, no desenvolvimento social nunca é definitiva ou completa. Trata-se de realizar o possível.

Para esses movimentos, há quem lhes destine suas energias com os mesmos gritos de ilusório comando, abaixo!; unidos venceremos!; fora! Como há de haver um sistema, seja ele qual for, assim como há de haver um teto, uma casa, seja ela qual for, cabe conjecturar: se algo vai abaixo, algo há de ir acima; se unidos vencem — ai dos vencidos — haverá de surgir o vencedor; se alguém há de ir fora, alguém entra... Nesta altura, como nada é tão igual à situação que a oposição no poder, Gasset não achava historicamente interessante o ocorrido na Rússia de 1917, com a alternância de mencheviques e bolcheviques, na *“monótona repetición de las revoluciones[...]*”, até a exaustão do eterno *“La revolución devora sus propios hijos”!* Do comedimento vai aos extremos, para *“retroceder hacia una restauración”*. E começa tudo de novo entre uma geração e outra (op. cit. p. 77).

Assim, com essa mesmice sempre desacreditada, o que revigora as eternas e batidas críticas mesmas de sempre, o movimento de raiz dos últimos tempos, iniciado por passe livre, resolveu *“não convocar novas manifestações porque “grupos conservadores” infiltraram-se nos últimos atos”*. E completa o colunista Merval Pereira na Edição de O GLOBO de 23.6.13, País, pág. 4: *“acabou se revelando o que sempre foi: organização política ligada a movimentos de esquerda radical, que tem uma pauta muito além da melhoria dos transportes públicos”*.

O estudioso das condições sócio-políticas se acautela. Está na coluna citada que uma determinada política de esquerda analisa a classe média como *“o atraso de vida[...]* *É o que tem de reacionário, conservador, ignorante, petulante, arrogante, terrorista”*. No entanto, sem resvalar para Hitler ou Mussolini e outros, é preciso lembrar, como, aliás, o faz o próprio colunista, o Palácio do Planalto, ora sob condução esquerdista, *“se mostra sensível aos anseios da classe média e reage[...]* *colocando-se ao lado da maioria da população, que quer mudanças em paz e ordem”*. Com razão, pois Breno, desde antes de Cristo, *vae victis* e o nosso Machado, *“ao vencedor, as batatas[...]*”.

A forma de agir dos homens, digamos, amotinados (socio-antropologicamente o termo tem outra conotação) acabou por dar à luz a Sociologia (o marco é a Revolução Francesa), o ápice desta mecânica, a revolução — o que nem de longe se verifica no momento atual - é a “[...] ruptura da história[...] — e, simultaneamente, dos pensamentos, costumes, curiosidades, leis e das próprias línguas- estabelecendo um antes e um depois absolutamente antagônicos e aparentemente irreconciliáveis”. (in DECOUFLÉ, André. Sociologia das Revoluções Col. Saber Atual. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 7, citando J.P. Richard, em comentários sobre Chateaubriand).

No particular da contrarrevolução, vale a reprodução do texto: “A desgraça das revoluções populares consiste precisamente em que o povo exasperado pelo comportamento dos líderes, pretende um dia dispensá-los. Desencadeiam-se, então, "os sentimentos de cupidez, inveja, ódio, às coisas superiores, verdadeiros móveis de multidões que nenhuma disciplina mais refreia. “Eis porque se chega tão depressa às desordens, à violência e à anarquia”. (op. cit. p. 119). O mesmo vale para a contemporaneidade de insatisfação, ainda que sem se atingir ao grau revolucionário do chefe de polícia do início do século passado.

## CONCLUSÕES

Marx e Engels, no conhecido Manifesto Comunista, configuram um cenário do que se tornou o objeto de grandes discussões: a luta de classes, divididas entre o Proletariado e a Burguesia. No palco o capitalismo explorador, de um lado, e, de outro, a classe proletária explorada, via de salários aviltados, mais-valia, domínio. O caminho em direção à ditadura do proletariado, numa sociedade sem classe, acabou na derrubada do muro de Berlim e no surgimento de situações sócio-econômicas indefinidas, como se extrai dos universos que caracterizam uma China de miséria e riqueza e uma Rússia esfacelada e subjugada pela democracia da comédia da liberdade, com o jogo neoczarista de ocupação alternativa entre a presidência e o ministério do simulacro, com a função de

esquenta-lugar para a figura imperialista de um tal antigo titular da KGB, Vladimir Putin.

Como vimos, o conceito de democracia impraticável, com o levantar de milhares de mãos em plebiscito de praça grega, absolutamente inviável, acabou distorcido por uma série de manobras que, para resumir, recomenda-se o imprescindível trabalho de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 290), no qual o grande autor, ao apontar os regimentos municipais da Guarda Nacional, resume: *“O posto de “coronel” era geralmente concedido ao chefe político da comuna. Todo oficial possuía uniforme com as insígnias do posto para que fora designado[...] Eram, de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam, em cada município, o comando em-chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo em que a direção política, quase ditatorial, que lhes confiava o governo provincial[...] da Monarquia à República[...], o sistema ficou arraigado de tal modo na mentalidade sertaneja, que até hoje recebem popularmente o tratamento de “coronéis” os que têm em mãos o bastão da política edilícia ou os chefes[...].”*

A escravidão continua; os partidos são disfarces de agremiações políticas; a gente não interessa, salvo como trabalhador ou massa de manobra.

O Arquiteto Luiz Fernando Janot, em artigo de O GLOBO, deste 28.9.13, p. 19, usa de sua experiência urbanística, para lembrar que *“Garantir a segurança nos espaços públicos é um requisito indispensável para tornar a cidade mais afável [...]”, embora advirta que “[...] os jovens bandidos não aceitam viver na pobreza e aspiram a desfrutar, a seu modo, dos objetos de consumo divulgados em novelas e em sedutoras campanhas publicitárias”*. Al Capone gostava de ópera e se trajava luxuosamente. Nada de novo, salvo pelas cidades construídas dentro das cidades, condomínios de luxo em que grandes bandidos vivem com uma lhanza de raras proporções, ainda que coniventes com os camelôs, que lhes vendem os produtos falsificados; os filhos que atropelam cidadãos indefesos, com suas bicicletas, motos e carros, que, às vezes, custam o preço de uma casa em que pobre vive; com o estacionamento sobre

calçadas; prática de frescobol e altinho a beira mar. A inalienabilidade do direito à cidadania, sustento do que resta de democracia, é objeto de sonhos só realizáveis para uns poucos.

Esses poucos, com nível universitário e desnecessidade de trabalho, pelo tanto com que vivem com a robusta renda familiar, não se importam com a ironia, como revela Paulo Nogueira Batista Jr., mesma página, mesmo jornal, de que “[...] é uma ilusão pensar que superamos o nosso clássico complexo de vira-lata”. A debochada reportagem da revista “The Economist” nos põe no nosso devido lugar, atingindo valores religiosos com o nosso símbolo cristão em voo descendente, bem na capa, na cruel metáfora indicativa de que nosso crescimento é pouco; a inflação persiste; as contas externas não fecham, e, o que é pior, a valorização cambial (para os cínicos de uma classe média viajora, em grande parte, baixa do dólar), tragédia do exportador e alegria das lojas da 5ª Avenida, na capital do mundo, que aprimoram seu português, com sotaque brasileiro, naturalmente. Assim é e, tudo indica, será, por um tempo indeterminavelmente longo. A reação vem ao estilo de mascarados “gozadores” ou depredadores, ou “gozadores” e depredadores, ao mesmo tempo, em pleno exercício do desmerecimento da legitimidade do movimento de massa, rapidamente desmoralizado, porque não se trata de dinâmica espontânea (o que particularmente acho que não existe) ou mal conduzida.

Neste particular, embora a revelar a mais triste ignorância sobre o que se tenha passado no caso dos embargos infringentes, no STF, era para se esperar um estardalhaço, o que não houve. Façam suas apostas senhores: não houve porque entenderam a angústia do isento e respeitado julgador, no seu voto de admissibilidade da espécie recursal, posta em técnica dúvida, ou não houve porque os beneficiários do passar do tempo são os verdadeiros líderes da enxovalha, escondidos sob a capa do devido processo legal e do sagrado direito ao contraditório? De toda sorte, ainda nesta edição de O GLOBO, p. 18, lamenta-se que o texto do jornalista, autor do comentário A Primavera Burra, tenha-se ocupado em menoscabar os julgadores, acusando a etapa judicial com a expressão nada edificante ou pedagógica: “o golpe dos embargos infringentes foi

vexaminoso". Assim não se ajuda. Assim não se cumpre com o dever de informar corretamente. Assim, o povo jamais saberá o que significa consciência e convencimento judicial. E tome de fazimento de justiça, a seu modo, com linchamentos e assassinatos, com deboche desrespeitoso de subgrupos *Black blocs* e personagens pantomímicos, como Batman e Ninjas, mascarados, no meu entender, para se esconder de si mesmos.

O QUÊ FAZER, ENTÃO. - A casa do matuto, de sapê, pode ser melhor. Pode mesmo ser uma casa de verdade. Mas quando volta do trabalho ou se abriga da tempestade; quando troca suas pernas no cruzar delas, com as da mucama, na rede, não se lembra de melhora alguma, ali está tudo que deseja, tudo que merece, no quarto sem cama, no fogo a lenha do feijão cozido, por ele mesmo colhido. Nada mais lhe apetece... sabe o que acontece... outra coisa não conhece... nem sabe que aquele prazer do cair da tarde, bem longe da cidade, enquanto o fogo arde pro café, mergulhado em cafuné, alguém chama felicidade.

Embora longe do prazer inconsciente de quem construiu seu barraco, a democracia, valor metafísico, no dizer de Churchill, é o pior dos sistemas, fora os outros. É o que se tem. E, enquanto melhor não vem, vamos aplicando pintura nova, consertando o chão que se desfaz, sonhando com um futuro que pode não chegar, como a utopia, a converter a luta na labuta do prazer. Faz a tua parte, oh caboclo ... calado, escondido. Se te sobra algum, levanta as mãos para os céus.

A CONVIVÊNCIA DO POSSÍVEL - O possível está em sobreviver. O problema é que, quando da porta do hospital, sem médico, o remédio é voltar, enganando a dor, ou tendo de deixar a escola, falta de merenda e de professor, assiste à televisão, a única sala de aula ao alcance, sem diploma que comprove o aprendizado, ainda lhe cortam o transporte por aumento de preço, abre-se na mente, na falta de emprego, nitidamente, a amarga sensação de injustiça. Quem mandou vir do norte, o paraíba? É a voz de dentro a apertar o coração, já pequeno pela não-opção, convidando-o ao crime ou ao desespero, por não saber furtar ou roubar... pedir não, morrer é melhor. Resta-lhe a dignidade que faz sofrer.

PODIA SER PIOR, sem a flanela do estacionamento, embora aquele ponto esteja a sair caro, ainda que mais barato do que o da porta da igreja, pra estender o chapéu. E, se tiver colocação, é por trabalho sem carteira e dinheiro pouco, quase todo pro sanduba e pro dono do barracão.

NÃO TENHO SAÍDA. A mágoa é grande. A desesperança, o voto no ladrão que ainda não está preso pelo trabalho bem pago de um bom advogado e a proteção da imunidade parlamentar.

QUEBRAR TUDO. Pode não ser a solução. Nem se sabe. Mas ao menos o banco ofereceu empréstimo que não pode pagar... “vai pagar, senão sujo teu nome”... Pensando bem, não. Aquele cara mascarado não pode estar sem dinheiro. Quebrar a vidraça da loja não está parecendo certo. “Vou sair dessa”.

A fórmula de tosca configuração literário-metafórica sai de forma espontânea, quase irresistível. O fato é que, além da desesperadora ausência de horizonte material, falta de recurso ou emprego, estudo ou razão, há outras situações que movimentam as massas. Vejam os professores indignados com o menoscabo destinado a tão importante profissional; vejam os médicos obrigados a uma jornada infernal, para manter um padrão de vida satisfatório.

No entanto, nesse conjunto indefinido e disforme, com ou sem equiparação de classe, encontram-se agitadores políticos e criminosos irrecuperáveis. É desses que se originam os atos vandálicos destruidores da reputação da legitimidade do movimento de rua, constitucional e historicamente preservado.

Quem se habilita a oferecer solução? Saibam de antemão que os resultados da providência, seja saúde, seja educação, só virão em décadas de formação de gerações. Corram, quanto mais se não fizer mais vai demorar a conclusão possível. Nosso atraso, em contas aproximadas, já alcança século.

Se, de acordo com a fórmula bismarckiana, o sono de quem sabe como são feitas as salsichas e as leis é pesado e ineficaz, na

impossibilidade imediata de consertar as salsichas, que o bafejado pela sorte de não estar em desespero, seja qual for a razão, faça a sua parte, exatamente como estamos nós a fazer, ao analisar estes dados de caráter multidisciplinar, expondo o pensamento ao exame de quem melhor possa destrinçar-lhes a natureza e finalidade, a admitir nossa renitente fragilidade diante do imponderável.

**Rio de Janeiro, 5.11.2013.**

**ANTONIO CARLOS ESTEVES TORRES**